

Handwritten signature and initials in the top right corner.



Relatório & Contas 2017
consolidadas

Golden Actives – SGPS, S.A.
Avenida da Boavista, 2427/29, 4100-135 Porto
NIPC/C.R.C. Porto 507 557 514
Capital Social 500.000 Euro



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o relatório de gestão da atividade consolidada da Golden Actives – SGPS, S.A. (“Golden Actives”), as demonstrações financeiras, bem como a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

O ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, surpreendendo (pela positiva) muitos gestores e analistas que, no seu início, previam que 2017 seria um ano tumultuoso e difícil. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité, não ignorando as situações de risco, sempre manteve uma visão cautelosamente otimista para a evolução geral dos mercados financeiros. Para o bom desempenho agregado dos mercados no compute do ano contribuíram múltiplos fatores económicos, políticos e financeiros. Relativamente aos fatores económicos, a atividade global registou a melhor performance desde inícios da década com destaque para as economias da Zona Euro, com os principais indicadores de atividade e confiança em níveis que sustentam um ritmo de crescimento muito positivo. A Zona Euro continuou assim a recuperar o atraso (que foi gerado pela crise das dívidas soberanas), no ciclo económico em curso face aos EUA. Em termos políticos, assistiu-se a uma transposição com sucesso de um ciclo eleitoral intenso na Europa e, apesar de todas as controvérsias, a um não desgoverno da administração Trump nos EUA. Já do ponto de vista dos fatores financeiros, os principais bancos centrais mundiais continuaram num processo gradual de redução dos estímulos monetários à escala global, mas conseguindo manter um ténue equilíbrio entre o controle da inflação e a promoção / não penalização do ritmo de crescimento da atividade económica.

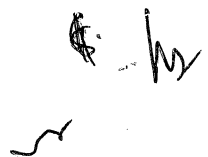
Na Europa, dos vários principais atos eleitorais (Holanda, França e Alemanha), emergiram resultados positivos, com o eleitorado (já colhendo os benefícios do incremento da atividade económica, com uma

descida do desemprego e recuperação dos salários) a adotar, claramente, uma postura menos crítica relativamente aos partidos do sistema e ao status quo. Note-se que o desemprego apresentou ao longo de todo o ano uma tendência de queda sustentada e fixar-se-ia em dezembro, na Zona Euro, nos 8.8%, o nível mais reduzido desde janeiro de 2009, beneficiando de um crescimento do PIB em termos reais em torno dos 2.5%. Mas, nem tudo foram boas notícias no continente europeu: a economia do Reino Unido, embora não colapsando, continuou assombrada pelos receios em torno do processo de saída da União Europeia pois, apesar de alguns avanços nas negociações, mantém-se uma grande indefinição sobre as condições em que se processará a saída no fim de março de 2019; e na Catalunha, foi vivido um outono muito turbulento devido à pressão política das forças pró-independência, o que afetou negativamente o clima de negócios na região e, conseqüentemente, afetou negativamente a performance da economia espanhola como um todo. Embora esta situação tenha, entretanto, acalmado, a situação está longe de concluída e encerrada e persistem muitas dúvidas sobre qual será a solução para o governo da Generalitat.

Nos Estados Unidos, o primeiro ano da Administração Trump ficou marcado, tal como já referido, por polémicas sucessivas, mas sem beliscar o desempenho da economia, que terminou o ano com um panorama global positivo e com empresários e consumidores a apresentar índices de confiança máximos deste (longo) ciclo económico e com as bolsas a registar máximos históricos sucessivos. O ano terminou com uma grande vitória política para Trump: a aprovação no Congresso e no Senado da muito prometida reforma fiscal (o Tax Cuts and Jobs Act of 2017), que proporcionará, no imediato, a mais importante descida de impostos dos últimos 30 anos.

Por fim, uma nota para a Ásia, onde no Japão a economia interna se mantém entorpecida e pouco vibrante (o consumo permanece incipiente e a inflação continua a ser ilusória), mas logrando acumular o mais longo período de crescimento em cerca de duas décadas, beneficiando de um dinamismo forte da componente exportadora enquanto, na China, realizou-se o 19º congresso do Partido Comunista Chinês, que veio reforçar a ambição das autoridades de Pequim de transformar o país de potencia regional numa verdadeira potencia global, que poderá ombrear com os EUA.

No que diz respeito a política monetária, assistimos a uma gradual continuação da rotação do posicionamento dos principais bancos centrais em direção a taxas de juro mais elevadas e o fim / redução dos programas não convencionais de estímulo monetário (quantitative easing). Neste enquadramento, o comité de política monetária do BCE manteve, ao longo do ano, uma retórica muito complacente com Mário Draghi a defender reiteradamente que os juros se “irão manter nos níveis atuais por um período de tempo extenso” na zona euro. Entretanto, o programa de compras mensais de ativos de dívida pelo BCE foi estendido até setembro de 2018, embora a um ritmo mensal substancialmente inferior ao de 2017, mas



podendo ultrapassar esse horizonte temporal “se necessário”. Já nos EUA, a Reserva Federal reuniu em dezembro e, como era esperado (e pela 3ª vez no ano), anunciou a subida da sua taxa diretora em 25 pontos básicos, para um intervalo entre 1.25% e 1.50%. Já o Banco Central do Japão (BoJ) manteve, ao longo de todo ano de 2017, uma política monetária ultra expansionista e sem limitações (de montantes ou tempo). Contudo, as atas da última reunião do BoJ de dezembro já revelam que alguns membros do comité de política monetária começam a mostrar um maior otimismo para o desempenho futuro da economia nipónica e uma maior disponibilidade para lançar o debate sobre um eventual aumento dos juros ou a redução das compras de ativos em resposta à melhoria do cenário macro (particularmente um eventual fim nas operações de compra de Exchange Traded Funds - ETFs de ações).

Em 2017, a economia portuguesa continuou a colher os benefícios de um enquadramento externo favorável, nomeadamente do atual ciclo de expansão económica experienciado pela generalidade dos países da zona euro, bloco onde se encontram os nossos principais parceiros comerciais. As condições monetárias e financeiras, promovidas pelo Banco Central Europeu, também favoreceram uma expansão pronunciada da atividade económica doméstica que também beneficiou do processo de gradual reposição do poder de compra às famílias, após o forte aperto fiscal de 2014-2015. A economia nacional continua também a registar um forte e crescente excedente na sua balança de serviços, fruto do grande dinamismo do setor do turismo. O ano foi ainda marcado por um continuar da consolidação das finanças públicas, que beneficiaram de uma maior arrecadação de impostos decorrente da recuperação da atividade económica a par do recurso a medidas extraordinárias de consolidação, o que tudo indica permitirá que o défice orçamental (que ainda não foi divulgado) deva ter atingido um novo valor mínimo em democracia e, com elevada probabilidade, abaixo dos 1.4%, a meta definida com Bruxelas. Em 2017 o PIB português deverá ter avançado 2.6% ultrapassando largamente os 1.8% previstos pelo Banco de Portugal há cerca de um ano, confirmando que a economia nacional se encontra na sua melhor fase de crescimento de cerca de uma década. As projeções do Banco de Portugal para a economia nacional para 2018 e 2019 são agora também bem mais ambiciosas do que eram apresentadas há um ano atrás, com os valores a serem agora de 2.3% e 1.9%, contra 1.7% e 1.6% respetivamente, pelo que já durante o presente ano o PIB português deverá regressar ao nível que ostentava em 2008, antes da crise financeira internacional, antecipando o prazo de recuperação em mais de 1 ano. Note-se ainda que as taxas de crescimento projetadas para a economia nacional, nos próximos anos, são superiores à média das estimativas do crescimento potencial da economia portuguesa e próximo do da média da área do euro, o que, a materializar-se, significará uma convergência real per capita (num contexto de redução da nossa população), embora ligeira, da economia

portuguesa face à média europeia. Esta recuperação, embora bem-vinda, será insuficiente para compensar a divergência acumulada nos últimos 5 anos.

Quadro 1.1 • Projeções do Banco de Portugal: 2017-2020 | Taxa de variação anual, em percentagem

	Pesos 2016	BE dezembro 2017					BE outubro 2017	BE junho 2017		
		2016	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)	2020 ^(p)	2017 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)
Produto Interno Bruto	100	1,5	2,6	2,3	1,9	1,7	2,5	2,5	2,0	1,8
Consumo Privado	66	2,1	2,2	2,1	1,8	1,7	1,9	2,3	1,7	1,7
Consumo Público	18	0,6	0,1	0,6	0,4	0,2	0,3	0,4	0,6	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	15	1,6	8,3	6,1	5,9	5,4	8,0	8,8	5,3	5,5
Procura Interna	99	1,6	2,7	2,5	2,2	2,1	2,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	40	4,1	7,7	6,5	5,0	4,1	7,1	9,6	6,8	4,8
Importações	39	4,1	7,5	6,7	5,5	4,8	6,9	9,5	6,9	5,2
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^(a)										
Procura interna		0,7	1,2	1,2	1,0	1,0	1,0	0,8	0,8	0,8
Exportações		0,9	1,5	1,2	0,9	0,7	1,5	1,8	1,2	0,9
Emprego ^(b)		1,6	3,1	1,6	1,3	0,9	3,1	2,4	1,3	1,3
Taxa de desemprego (em % da população ativa)		11,1	8,9	7,8	6,7	6,1	9,0	9,4	8,2	7,0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,5	2,3	2,2	2,2	1,8	2,1	2,4	2,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		2,2	1,8	1,6	1,6	1,5	1,7	2,0	2,2	2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,6	1,6	1,5	1,4	1,6	1,6	1,6	1,4	1,5

Fonte: Banco de Portugal, “Boletim Económico – dezembro de 2017”

Assim, cerca de uma década passada desde início de uma das maiores crises financeiras da história moderna, os níveis de confiança de empresários e consumidores dos principais blocos económicos mundiais avançam agora de forma vigorosa e sincronizada. Assim, globalmente as perspetivas económicas para os próximos trimestres são claramente muito positivas, com instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar que o crescimento económico real global permanecerá forte, próximo dos 4%/ano em 2018 e 2019. Não podemos, contudo, ignorar as muitas “nuvens” que pairam no horizonte: os riscos geopolíticos (Coreia do Norte, Médio Oriente, etc.); os riscos políticos que persistem na Europa (eleições gerais na Itália já no 1º trimestre do ano e todas as incertezas associadas ao Brexit e à Catalunha) e nos EUA (qual a direção futura da Administração Trump); os elevados níveis de endividamento do sistema de *shadow banking* na China; ou, num aspeto particularmente relevante para Portugal, qual o

impacto da espetável redução do estímulo monetário, pelo Banco Central Europeu, num contexto de persistência do excessivo endividamento do Estado, das empresas e das famílias.

Mercados Financeiros

Como já foi referido, o ano agora terminado foi particularmente benigno para a generalidade dos investidores, contrariando muitas das previsões mais catastrofistas que, no início de 2017, previam que a zona euro viveria tempos difíceis, ao longo do ano, correndo mesmo o risco do desagregamento (na sequência do Brexit) e que nos EUA, a Presidência Trump e a sua retórica anti emigração e anti livre comércio externo, provocaria graves danos na atividade económica e ondas de choque nos mercados. Essa nunca foi a visão da Golden, cujo Comité de investimentos manteve uma atitude serena e otimista, o que permitiu proporcionar aos nossos investidores rentabilidades interessantes: +3.7% no perfil Moderado (com um peso de referência de 20% em ações), +5.8% no perfil Dinâmico (com um peso de referência de 37.5% em ações) e +8.1% no perfil Agressivo (com um peso de referência de 65% em ações). Note-se que todas estas rentabilidades são já líquidas de todos os custos e comissões, nomeadamente das comissões de gestão. Estes ganhos foram possíveis por mérito das opções de posicionamento adotadas nas diferentes classes de ativos, bem como pela execução de diversos *trades* táticos, que nos permitiram uma otimização da apropriação do desempenho das diversas classes de ativos ao longo do ano.

O ano de 2017 foi marcado por uma extraordinária “ausência” de volatilidade nos mercados financeiros (acionistas, obrigacionistas e cambiais), com os investidores a revelar uma extraordinária resiliência (ou complacência?) a todos os eventos negativos com que foram confrontados ao longo dos meses. Assim, no seu cômputo global, o ano de 2017 acabou por se traduzir num desempenho positivo e quase imperturbável dos mercados acionistas globais.

Contudo, tal como ocorrera em 2016, verificaram-se pronunciadas divergências de performance, quer ao nível geográfico, quer ao nível setorial. Enquanto os índices americanos e emergentes avançaram de forma sistemática e forte com o S&P 500 a acumular mais de 18% de ganhos e sem registar nenhum mês de variação negativa ao longo do ano, os mercados europeus sofreram muito maiores contrariedades e acabaram o ano com ganhos bem mais modestos. Nota ainda para o facto de nos mercados acionistas americanos ter sido registado um número recorde de dias em novos máximos históricos dos principais índices. A pior performance dos mercados acionistas europeus não deve ser dissociada do facto do ano ter sido também caracterizado por uma violenta depreciação do dólar norte-americano (USD), face à generalidade das principais divisas mundiais e particularmente contra o Euro.

O segmento obrigacionista viveu um ano bem mais amargo, particularmente desde o final do verão, com as taxas de juro na zona intermédia e longa das curvas de rendimento europeia e, principalmente, americana a subir,

Performance 2017 dos ETF's		
Obrigações	Euro Treasury	-0.02%
	Euro Corporate	2.20%
	Euro HY	4.81%
	EM Local	0.46%
Ações	MSCI World*	16.85%
	MSCI EM	21.41%
	S&P 500*	19.04%
	EuroStoxx600	10.68%
	MSCI Japan*	18.75%
Commodities	Commodities CRB	-12.39%
Alternativos	Hedge Funds	2.49%

Performance Total Return dos ETFs dos respetivos índices em Euros (* ETF's Euro Hedged)

reagindo às melhores condições económicas, com um crescente número de agentes de mercado a acreditar que o ciclo, de quase três décadas de descida sistemática dos níveis de inflação e das taxas de juro nominais, encontrou finalmente o seu fim. Mesmo com este *repricing* das curvas, as perdas foram, apesar de tudo, limitadas, mas as expectativas para 2018 são claramente desafiantes. Em 2018, o Banco Central Europeu deverá gradualmente dar os primeiros passos em direção à normalização da sua política monetária, reduzindo numa primeira fase e, provavelmente em setembro, pondo termo definitivamente ao seu programa mensal de compras de ativos financeiros (quantitative easing) e a FED deverá continuar a subir gradualmente as taxas diretoras (provavelmente realizando mais 3 subidas de 25 pontos base ao longo do ano). Para além destes fatores, o mercado registou retornos positivos, mas, na reta final do ano, começou a mostrar-se algo receoso sobre a capacidade creditícia de alguns emitentes de pior qualidade, particularmente as entidades que nos últimos anos, usufruindo das taxas de juro extremamente baixas, enveredaram por políticas agressivas de alavancagem do seu balanço (financiando-se para promover planos de recompra de ações próprias e políticas de expansão por aquisições).

Nos Mercados Emergentes, poucas seriam as casas de investimento que acreditariam que esta classe apresentaria retornos tão fortes num contexto de estabilização (em USD) e correção (em Euros) dos preços

das matérias-primas. O ETF de Mercados Emergentes encerrou o ano com um retorno positivo superior a 20%, dando visibilidade ao facto de, nos últimos anos, os mercados acionistas emergentes terem sofrido uma profunda transformação qualitativa, sendo agora muito mais diversificados setorialmente e constando nos seus índices grandes empresas com presença e reconhecimento global.

Para 2018, na componente obrigacionista antecipámos o continuar da tendência para a subida das taxas de juro pelo que continuaremos a privilegiar um posicionamento mais defensivo com a manutenção das apostas em fundos com política de investimento mais dinâmica e adaptável a condições de mercado adversas e promovendo baixos níveis de exposição ao risco de taxa de juro (baixas durations). Na classe de ações, apesar da existência de múltiplos riscos (antecipáveis e imponderáveis), acreditamos que as perspetivas para 2018 são positivas: o crescimento económico global sincronizado a que temos assistido dará suporte à continuidade da tendência dos últimos trimestres de aumentos fortes das vendas e resultados das empresas; continuaremos a assistir a uma normalização das políticas monetárias dos bancos centrais mas, globalmente, a liquidez permanecerá abundante; e deveremos ter um forte impulso positivo do lado da política orçamental e fiscal nos EUA (redução de impostos e investimento em infraestruturas) e na Europa (gradual afastamento das políticas de austeridade). Contudo, já estamos numa fase avançada do movimento de subida dos mercados acionistas, situação que irá certamente trazer desafios adicionais e crescente volatilidade para as bolsas, o que exigirá uma monitorização constante e atenta das carteiras de gestão dos nossos clientes.

ATIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, respetivamente, a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social). Além disso, reforçou a sua participação na SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., passando a deter 14,51% do capital social.

A Golden Actives obteve um resultado líquido positivo de 6.470,00€.

ÓRGÃOS SOCIAIS

A Golden Actives tem como órgãos sociais estatutários a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único. O mandato dos órgãos sociais é de 3 anos e simultâneo. Durante o mandato em curso (2016/2017), a única alteração foi a relativa ao Fiscal Único, tendo sido eleita, em substituição da anterior

sociedade, a PKF & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., que iniciou a sua atividade em abril de 2017.

PERSPETIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2018, a sociedade mantenha a política de participações adotada até à presente data quanto à identidade das empresas participadas, eventualmente aumentando a sua participação na SGF – S.G.F.P., S.A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Aos clientes pela preferência com que nos distinguiram,

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

A todos os colaboradores da sociedade, pela dedicação e competência com que contribuíram para o desenvolvimento da atividade,

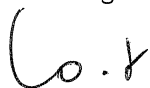
Ao Banco de Portugal e à CMVM pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 13 de julho de 2018

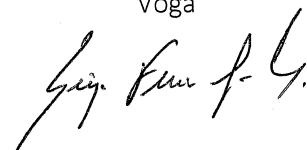


António José Nunes da Silva
Presidente

João Carlos de Magalhães Correia de Matos
Vogal



Sérgio Ferreira da Silva
Voga



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do código das sociedades comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização são titulares das seguintes ações da sociedade:

Nome do titular	Nº Ações 31/12/2016	Aquisição	Alienação	Nº Ações 31/12/2017	% Participação e direito de voto
Baobá – Investimentos Lda. (sociedade detida em 70% por António José Nunes da Silva)	10.000	0	0	10.000	10%

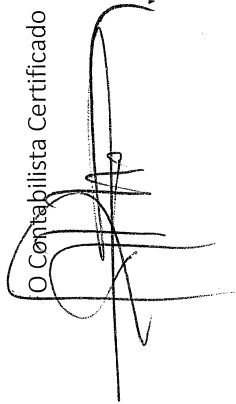
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures and initials in black ink, including a wavy line, a stylized signature, and another signature.

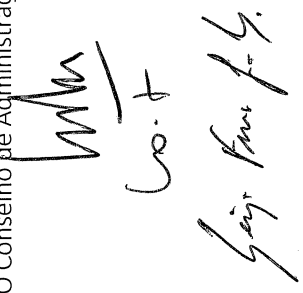
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA (NIC) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores Expressos em Euros)

	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Juros e rendimentos similares	14	279.204	192.156
Juros e encargos similares	14	(7.811)	(6.968)
Margem financeira		271.393	185.189
Rendimentos de serviços e comissões	15	1.833.927	1.920.035
Encargos com serviços e comissões	16	(780.485)	(861.106)
Resultados de reavaliação cambial		974	(940)
Outros resultados de exploração	17	(56.741)	(126.908)
Produto bancário		1.269.068	1.116.270
Gastos com o pessoal	18	(645.938)	(573.918)
Gastos gerais e administrativos	20	(579.475)	(557.850)
Amortizações do exercício	7	(26.453)	(28.025)
Resultados antes de impostos		17.203	(43.522)
Impostos correntes	8	(10.733)	(10.799)
Resultado após impostos		6.470	(54.321)
Resultado por ação			
Básico	22	0,06	-0,54
Diluído	22	0,06	-0,54

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

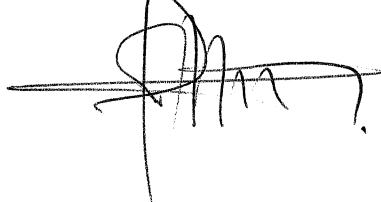


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores Expressos em Euros)

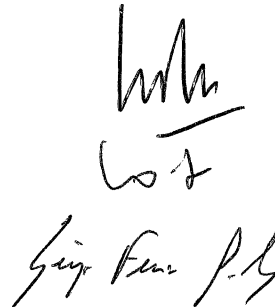
	Notas	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Resultado individual		6.470	(54.321)
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda		1.090	(738)
Rendimento integral do exercício		7.560	(55.059)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

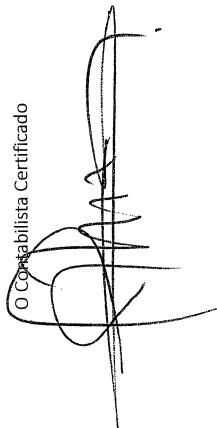


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores Expressos em Euros)

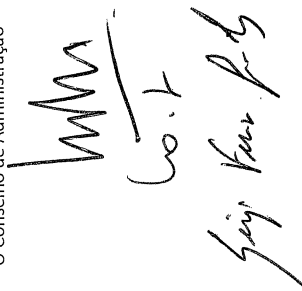
Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação do justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Total dos capitais próprios
Saldo em 1 de janeiro de 2016	500.000	5.000	(40.228) (738)	1.042.228	(2.691)	1.504.309 (738)
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado do exercício de 2015:	-	-	-	-	2.691	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(2.691)	(54.321)	(54.321)
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	(54.321)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	500.000	5.000	(40.966)	1.039.537	(54.321)	1.449.249
Valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	42.039	(40.949)	-	1.090
Aplicação do resultado do exercício de 2016:	-	-	-	-	54.321	-
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	(54.321)	6.470	6.470
Resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	6.470	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	500.000	5.000	1.072	944.266	6.470	1.456.808

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

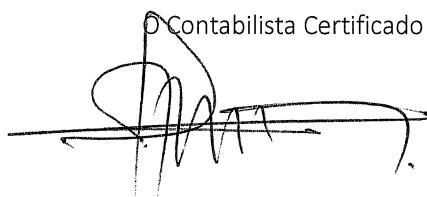


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores Expressos em Euros)

	31-12-2017	Ano anterior (31-12-2016)
Atividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	1.987.600	1.885.895
Juros, comissões e encargos similares pagos	(607.141)	(867.506)
Pagamentos ao pessoal	(815.483)	(624.499)
Recebimentos/(pagamentos) de impostos	(13.194)	(53.679)
Resultados de reavaliação cambial	(11)	6.475
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(617.076)	(229.891)
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos operacionais	(65.305)	116.795
Diminuições/(aumentos) em		
Ativos financeiros disponíveis para venda	963	-1.332
Aplicações em instituições de crédito	360.000	232.000
Outros ativos	(253.885)	7.380
Fluxo líquido proveniente dos ativos operacionais	107.078	238.048
Aumentos/(diminuições) em		
Outros passivos	-	(151.000)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	-	(151.000)
Fluxo das atividades operacionais (1)	41.773	203.843
Atividades de Investimento:		
Diminuições/(aumentos) de ativos intangíveis	0	0
Diminuições/(aumentos) de outros ativos tangíveis	(5.176)	(3.967)
Fluxo das atividades de investimento (2)	(5.176)	(3.967)
Atividades de Financiamento:		
Distribuição de dividendos	-	-
Fluxo das atividades de financiamento (3)	-	-
Aumento/(diminuição) de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	36.597	199.876
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	355.320	155.445
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	391.918	355.320

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Montantes expressos em Euros)

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

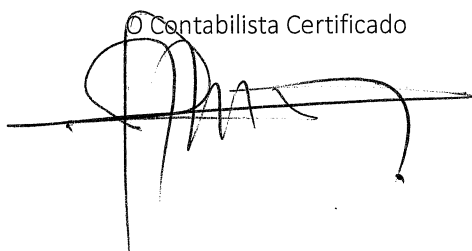
A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	329	330
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	<u>391.589</u>	<u>354.990</u>
Caixa e seus equivalentes	391.918	355.320
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	21.458.132	30.429.254
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	<u>590.000</u>	<u>950.000</u>
Disponibilidades constantes do balanço	22.440.050	31.734.574

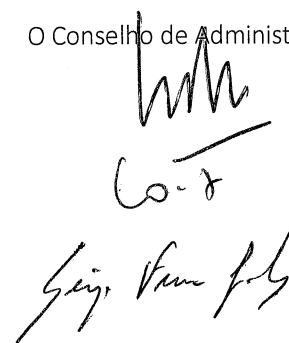
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes de 21.458.122 euros e 30.429.254 euros, respetivamente, referem-se às “Disponibilidades de terceiros” incluídas na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 as aplicações da Sociedade em instituições de crédito não foram consideradas como parte integrante dos componentes de caixa e seus equivalentes pelo facto do prazo do seu vencimento ser superior a três meses e não haver intenção, por parte do Conselho de Administração, de proceder ao seu resgate antecipado.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade” ou “Golden Actives”), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de outubro de 2006 tendo como objeto a gestão de participações em outras sociedades como forma indireta de exercício de atividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives (“Grupo”), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em abril de 2003, e que tem como atividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

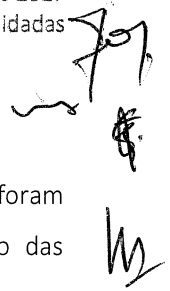
1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou “*International Accounting Standards*” / “*International Financial Reporting Standards*” (“IAS / IFRS”), adotadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho.

Durante o exercício de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com as NIC’s, o Conselho de Administração da Sociedade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos incorridos relativos aos períodos



reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

1.2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

a) Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das participadas.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objeto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo.

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos acionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos ativos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são

registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efetiva e do período de detenção respetivos, após se efetuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transações realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de aquisição pelo respetivo justo valor, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à transação, exceto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efetuada através de resultados. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

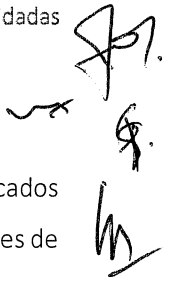
i) Ativos financeiros

i.1) Outros ativos – contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 1).

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

i.2) Ativos financeiros disponíveis para venda



Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como ações e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor”, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em

cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda.

ii) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

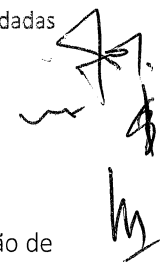
c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos ativos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	4 a 8
Equipamento informático	3 a 4
Equipamentos de transmissão	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objeto de depreciação.



d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

e) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locação financeira se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e (ii) como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existem contratos de locação financeira.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

f) Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

g) Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos ativos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de ativos sob gestão,

originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro de 2017.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

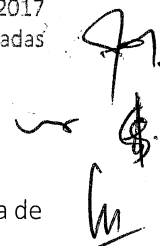
h) Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica “Rendimentos de serviços e comissões” da demonstração dos resultados (Nota 15).

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - o Valor da transação intermediada;
 - o Quantidade da transação intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - o componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - o componente variável (performance) é, calculada e cobrada anualmente segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários,



e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

i) Rubricas extrapatrimoniais

i) Atividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respetivo valor nominal (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

ii) Atividade de gestão de património

A atividade de gestão contratada de ativos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 24). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo (Nota 3).

Os valores mobiliários sob gestão, encontram-se registados pelo valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado ou estimado, pelo respetivo valor nominal, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nas cotações disponibilizadas pelas instituições financeiras e/ou pelas respetivas Sociedades Gestoras (Nota 24).

j) Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um ativo

ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projeções de evolução futura do negócio.

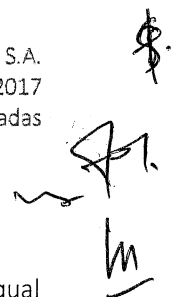
k) Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

l) Gestão do risco financeiro

A atividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.



Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i) Risco de taxa de câmbio

O Grupo transaciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da faturação ser efetuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da faturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transações em moeda estrangeira não foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

ii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez no Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.



A gestão de risco de liquidez tem um triplo objetivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que o Grupo maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em ativos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo.

m) Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na atividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efetivação das transações intermediadas;
- na atividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efetuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida

em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do grupo.

n) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são

refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“*non adjusting events*”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respetivas sedes, percentagem efetiva de detenção do capital e atividade desenvolvida em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efetiva de capital	Atividade
Golden Actives – S.G.P.S., S.A.	Porto	Empresa-mãe	Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Disponibilidades de Terceiros:		
- em instituições de crédito no país	11.903.045	23.911.241
- em instituições de crédito no estrangeiro	9.555.087	6.518.012
	<u>21.458.132</u>	<u>30.429.254</u>
Disponibilidades da Sociedade:		
- em instituições de crédito no país	391.589	354.990
- em instituições de crédito no estrangeiro	0	0
	<u>391.589</u>	<u>354.990</u>
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	<u>21.849.721</u>	<u>30.784.243</u>

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço da Sociedade não lhes conferem o direito a qualquer remuneração. Em 31 de dezembro de 2017, do total de disponibilidades de terceiros o montante de 9.656.726 Euros (21.874.024 Euros em 2016) refere-se a depósitos à ordem expressos em dólares (USD) estando a maior parte do remanescente expresso em Euros.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica era composta por as seguintes aplicações junto de outras instituições de crédito:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
- Depósitos a prazo	590.000	950.000

5. INVESTIMENTOS

Os investimentos em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos a 31 de dezembro de 2017, são os seguintes:

<u>Designação</u>	<u>Valor de balanço</u>	<u>Sede</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Percentagem efetiva de capital</u>	<u>Capital Social</u>
SGF, S.G.P.S., S.A.	261.235	Lisboa	52.247	5	14,5131%	360.000

6. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Instrumentos de dívida:</u>		
- Obrigações de emissões públicas nacionais – taxa fixa	28.139	27.050
	<u>28.139</u>	<u>27.050</u>
<u>Instrumentos de capital:</u>		
- Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
- Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>
	<u>130.639</u>	<u>129.550</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

Títulos	Quantidade	Valor nominal	Cotação 31.12.2017	Valor de Balanço 31.12.2017	Valor de Balanço 31.12.2016	Custo de aquisição
Obrigações do Tesouro – OT's 3,85% 04 2021	25.000	1,00€	112,6%	28.139	27.050	26.963
				28.139	27.050	

Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações encontravam-se registadas ao seu justo valor com base na cotação naquela data fornecida pela Bloomberg Finance L.P..

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as Obrigações do Tesouro estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 24).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos financeiros disponíveis para venda – “Instrumentos de Capital” correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.


Conforme a política definida na Nota 1.2 b) i.2), este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, sendo entendimento do Conselho de Administração que o mesmo não excede o seu valor estimado de realização. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

	Ativo	Capital Próprio	Resultado líquido	Total de proveitos
2017	2.306.260	1.885.309	17.140	3.443.296
2016	2.419.082	1.865.229	6.126	4.337.597

7. ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas “Ativos tangíveis” e “Ativos intangíveis”, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	2017				
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	106.202	-	-	-	106.202
	106.202	-	-	-	106.202
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e equipamento	35.597	-	-	-	35.597
Equipamento informático	156.282	5.176	-	-	161.458
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	5.549	-	-	-	5.549
Património Artístico	192	-	-	-	192
	525.449	5.176	-	-	530.625
	631.651	5.176	-	-	636.827
Rubricas	2017				
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	105.833	369	-	-	106.202
	105.833	369	-	-	106.202
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	218.513	21.118	-	-	239.632
Mobiliário e equipamento	33.952	438	-	-	34.390
Equipamento informático	153.563	3.789	-	-	157.352
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	3.332
Equipamento de ambiente	2.594	739	-	-	1.865
	441.227	26.084	-	-	467.311
	547.060	26.453	-	-	573.513



Rubricas	2016				
	Ativo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	106.202	-	-	-	106.202
	106.202	-	-	-	106.202
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	294.633	-	-	-	294.633
Mobiliário e equipamento	33.457	2.141	-	-	35.597
Equipamento informático	153.369	2.913	-	-	156.282
Equipamento de Transmissão	31.330	-	-	-	31.330
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.855	3.695	-	-	5.549
Património Artístico	192	-	-	-	192
	516.701	8.748	-	-	525.449
	622.903	8.748	-	-	631.651

Rubricas	2016				
	Amortizações e perdas de imparidade				
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
<u>Ativos Intangíveis:</u>					
Sistemas de tratamento automático de dados	105.089	743	-	-	105.833
	105.089	743	-	-	105.833
<u>Ativos tangíveis:</u>					
Obras em imóveis arrendados	197.396	21.118	-	-	218.513
Mobiliário e equipamento	33.352	600	-	-	33.952
Equipamento informático	148.737	4.826	-	-	153.563
Equipamento de Transmissão	30.741	-	-	-	30.741
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	1.854	739	-	-	2.594
	413.945	27.282	-	-	441.227
	519.034	28.025	-	-	547.060

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo encontra-se abrangido pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante).

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente derrama, e a taxa de imposto agregada foi de 22,5%.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		17.202		(43.522)
Imposto apurado com base na taxa nominal	10,84%	1.864	-6,45%	2.809
Tributação autónoma		8.425		7.321
Outros (Derrama)		444		669
Imposto apurado com base na taxa efetiva	62,39%	10.733	24,81%	(10.799)
Do qual:				
Imposto corrente		10.733		(10.799)

9. OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros ativos” pode ser detalhada como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Devedores diversos:</u>		
- Devedores por operações em derivados – conta margem	2.187.306	2.297.330
<u>Rendimentos a receber</u>	16.415	7.780
<u>Despesas com encargos diferidos:</u>		
- Rendas	8.000	14.000
- Outros	8.609	8.492
	<u>16.609</u>	<u>22.492</u>
<u>Contas a regularizar</u>	20.809	21.392
<u>Outros devedores</u>	13.333	20.825
<u>Outros ativos – Setor Público Administrativo:</u>		
- Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	46.154	35.847
- FCT – Fundo de Compensação do Trabalho	3.021	1.980
- Outros	309	430
	<u>49.484</u>	<u>38.257</u>
	<u>2.303.957</u>	<u>2.408.076</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada como segue:

	2017	2016
<u>Fornecedores e outros credores:</u>		
Credores por operações em derivados – conta margem	2.187.306	2.297.330
- Credores por operações sobre valores mobiliários	21.153.094	30.246.885
- Fornecedores	77.931	74.371
	23.418.331	32.618.586
<u>Encargos a pagar:</u>		
Comissões	47.673	16.999
Remunerações	71.938	75.921
Outros custos administrativos	17.005	14.514
	134.463	107.434
<u>Outros passivos – Setor Público Administrativo:</u>		
Imposto sobre o rendimento das Pessoas Singulares		
Retenção na fonte	23.452	16.283
Contribuições para a Segurança Social	13.389	12.187
	36.841	28.470
	23.591.787	32.754.490

As rubricas “Devedores por operações em derivados – Conta margem” e “Credores por operações em derivados – Conta margem” respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efetuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos respetivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do passivo “Credores por operações sobre valores mobiliários” corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

10. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica “Outros passivos subordinados” em 31 de dezembro de 2017 e 2016 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos acionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

11. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

12. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos acionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos acionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

13. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o setor bancário, aplicável à Sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. Relativamente à Sociedade Golden Actives – SGPS, S.A. a legislação comercial vigente determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 5% do lucro líquido anual, até atingir 20% do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and the letter 'M'.

A variação registada na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor” no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 diz respeito à valorização ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 6).

O valor registado na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” inclui 49.896 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos ativos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.2 a)).

14. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Depósitos à ordem e a prazo	273.685	179.359
Juros de operações em instituições de crédito	4.557	11.655
Outros juros e rendimentos similares	963	1.142
	<u>279.204</u>	<u>192.156</u>
<u>Outros juros e encargos similares</u>	<u>(7.811)</u>	<u>(6.968)</u>

15. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Atividades de corretagem:</u>		
Depósitos à ordem e a prazo	575.061	491.804
Juros de operações em instituições de crédito	1.162.196	1.352.101
Outros juros e rendimentos similares	4.189	3.000
	<u>1.741.446</u>	<u>1.846.905</u>
<u>Atividades de gestão de ativos:</u>		
Comissões de gestão	36.413	6.770
Depósito/Guarda de valores	23.913	30.125
Comissões de performance	37.155	36.236
Comissões de consultoria	(5.000)	-
	<u>92.481</u>	<u>73.131</u>
	<u>1.833.927</u>	<u>1.920.035</u>

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Atividades de corretagem:</u>		
Comissões de corretagem	(102.593)	(121.817)
<u>Atividades de gestão de ativos:</u>		
Comissões de gestão	(638.875)	(709.013)
<u>Serviços bancários</u>	(39.018)	(30.276)
	<u>(780.485)</u>	<u>(861.106)</u>

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IVA suportado	(31.986)	(33.484)
Contribuições para o sistema de indemnizações	(3.000)	(1.500)
Outros custos	(31.399)	(125.898)
	<u>(66.385)</u>	<u>(160.882)</u>
Outros ganhos e rendimentos	9.644	33.974
Outros resultados de exploração	<u>(56.741)</u>	<u>(126.908)</u>

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos órgãos de gestão (Nota 19)	(175.700)	(141.700)
Remunerações dos colaboradores	(350.444)	(317.060)
Encargos sociais obrigatórios	(119.795)	(115.157)
	<u>(645.938)</u>	<u>(573.918)</u>

Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a wavy line, a signature, a dollar sign, and another signature.

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser resumido como segue:

	2017	2016
Administradores executivos	3	3
Pessoal técnico	13	12
Pessoal administrativo	1	2
	<u>17</u>	<u>17</u>

19. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2017 e 2016, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 175.700 Euros e 141.700 Euros, respetivamente (Nota 18).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 podem ser discriminadas como segue:

	2017	2016
António José Nunes da Silva	52.500	52.500
João Carlos de Magalhães Correia de Matos	67.200	41.300
Sérgio Ferreira da Silva	56.000	47.900
	<u>175.700</u>	<u>141.700</u>

O Fiscal Único da Sociedade é a PKF & Associados, SROC, Lda. e auferiu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, uma remuneração de 8.000 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não existiam adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.



20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Serviços especializados	258.182	275.390
Rendas e alugueres	153.697	151.433
Deslocações e estadas	122.289	81.089
Comunicações e despesas	10.042	13.263
Rendas de locação operacional	4.961	12.160
Publicidade	1.974	240
Outros	28.328	24.274
	579.475	557.850

21. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	2017	2016
<u>Outros passivos (credores por operações sobre valores mobiliários):</u>		
- Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	13.992.366	51.033.108
	13.992.366	51.033.108

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as transações realizadas com outras empresas do Grupo Golden e empresas relacionadas detidas por acionistas comuns foram como segue:

	31.12.2017								
	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Vintageburgo	UPF Finance	Vasco Freitas	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 19)	(146.500)								
Custos com cedência de pessoal		(36.000)							
Juros suportados (Nota 8)							(918)		
Comissões suportadas			(31)	(392.333)		(22.912)			(7.528)
Serviços especializados							(60.000)		(14.400)
Comissões recebidas		242.785							
Rendimentos relativos a cedência de pessoal		6.000							

Handwritten signatures and initials.

	31.12.2016										
	Solid Assets	Golden Assets	Rigorosa Condição	Golden Corporate – Consultores, Lda	Vintageburgo	UP Finance	Vasco Freitas	NN Consulting	Golden Actives	GLD	IMF
Rendas e alugueres (Nota 1)	(150.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com cedência de pessoal	-	(36.000)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros suportados	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.060)	-	-
Comissões suportadas	-	-	-	-	(441.414)	(2.441)	(33.695)	-	-	-	(2.167)
Serviços especializados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(14.400)
Comissões recebidas	-	275.637	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	-	6.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-

22. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	6.740	(54.321)
Número médio ponderado de ações	100.000	100.000
Resultado por ação:		
Básico	0,07	-0,54
Diluído	0,07	-0,54

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 13 de julho de 2018. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Acionistas.

24. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2017	2016
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
- Resp. potencial para com o Sistema de Ind. aos Investidores	31.194	28.754
<u>Responsabilidades por prestação de serviços:</u>		
- Depósito e guarda de valores	201.832.097	69.175.845
- Valores administrados pela instituição	1.702.207	1.844.565
	<u>203.534.304</u>	<u>71.020.410</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores” corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de acionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

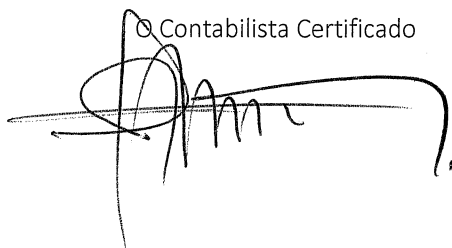
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de dezembro de 2017, ascende a 28.139 Euros (Nota 6).

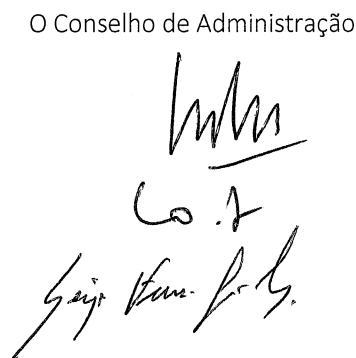
A rubrica “Depósito e guarda de valores” reflete o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Sociedade, os quais são depositados em diversas instituições bancárias.

Os ativos geridos, em 31 de dezembro de 2017 e dezembro de 2016 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ações	1.175.500	1.205.937
Outros	<u>526.707</u>	<u>638.628</u>
	<u>1.702.207</u>	<u>1.844.565</u>

Estes ativos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.2 i).

O Contabilista Certificado


O Conselho de Administração


CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **Golden Actives – SGPS, S.A.** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 25.208.596 de euros e um total de capital próprio de 1.456.808 euros, incluindo um resultado líquido de 6.470 euros, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Golden Actives – SGPS, S.A.** em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com, as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas* abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094 Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p>Rendimentos de Serviços e Comissões (Notas 1.2.h) e 15 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos rendimentos por serviços e comissões prestados a clientes, durante o exercício, ascendia 1.833.927 euros.</p> <p>Esses rendimentos advêm essencialmente, da administração de bens de clientes e serviços de consultoria prestados nesse âmbito.</p> <p>O reconhecimento e cálculo desses rendimentos assenta num sistema informático específico.</p> <p>Dada a relevância e modo de determinação desses rendimentos consideramos este processo como uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - o recálculo, numa base de amostragem, dos rendimentos reconhecidos relativos a alguns clientes e em determinado período; - a verificação, numa base de amostragem, do recebimento dos rendimentos reconhecidos; e - uma revisão analítica da evolução dos rendimentos e sua correlação com os valores de clientes sob administração.
<p>Salvaguarda dos bens de clientes (Notas 1.2.i) e 24 do Anexo às demonstrações financeiras)</p>	
<p>Em 31 de dezembro de 2017 os valores de clientes sob administração da Entidade, ascendiam a 201.832.097 euros.</p> <p>Dada a natureza da atividade da Entidade a salvaguarda dos bens de clientes sob sua administração reveste de especial importância e encontra-se sujeita a diversas obrigações legais e contratuais.</p> <p>Dada a sua relevância entendemos ser uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a análise dos procedimentos de controlo implementados pela Entidade mais relevantes; - a conciliação das informações prestadas por as entidades externas e as demonstrações financeiras; e - a conciliação das rubricas de clientes e depósitos à ordem afetos a clientes.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as normas de contabilidade ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

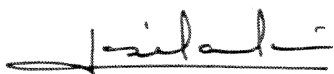
Dando cumprimento ao disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores de **Golden Actives – SGPS, S.A.** (*a entidade-mãe do Grupo*) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 19 de dezembro de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 8 do artigo 77.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 13 de julho de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Golden Actives – SGPS, S.A.
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a atividade da “**Golden Actives – SGPS, S.A.**” e procedemos às verificações que julgámos convenientes relativas ao exercício de 2017, nomeadamente no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos e documentação de suporte, tendo obtido sempre, quer da Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Acompanhámos a atividade da Sociedade durante o exercício, nomeadamente em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais. No final do exercício examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da empresa e aludindo às operações de maior significado. Em consequência do exame efetuado, emitimos nesta data a respetiva Certificação Legal das Contas, na modalidade de opinião sem reservas e sem ênfases,
3. Face ao exposto, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:
 - a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativas ao exercício de 2017;
 - b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 13 de julho de 2018



PKF & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por
José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt
PKF & Associados - SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º Piso, Letras H e O | 1050 - 094
Lisboa – Portugal | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social € 50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.